



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS AUXILIARES
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E IMPORTAÇÃO



CONTRATO nº 45/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA. .. MERITI STAR REFORMAS LTDA -INSTRUMENTO ESTE REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO TELHADO, DOS BANHEIROS, CORREDOR, SALAS E LABORATÓRIOS DO PRÉDIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA NO CAMPUS DA UFRRJ EM SEROPÉDICA.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**, autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na BR 465 - km 07 - Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº29.427.465/0001-05 neste ato representada pelo seu Magnífica Reitora, Professora Ana Maria Dantas Soares, CPF nº 120.078.891-53, RG nº 136269 IICM-SE, e a empresa **Meriti Star Reformas LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.572.165/0001-99, sediada na Rua Araldo Bronzato, nº 37, Parque Jacimar, Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, representada neste ato pelo sócio, Sr. Josemar Xavier de Lima, identidade nº 049853880, expedida pelo IFP, CPF nº 588.321.307-34, conforme poderes expressos constantes do Processo nº 23083.003974/2012, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, resultante do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2013 - CPL**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, instrumento este regido nos termos da Lei nº 8666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa para a execução da obra, pelo regime de empreitada por preço global, de **REFORMA DO TELHADO, DOS BANHEIROS, CORREDOR, SALAS E LABORATÓRIOS DO PRÉDIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA NO CAMPUS DA UFRRJ EM SEROPÉDICA**, conforme especificações contidas no Edital de **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2013 - CPL** e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, e na proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Para a execução dos serviços contratados ficam ajustados o preço global de **R\$ 267.527,00** (Duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais), conforme Proposta Comercial apresentada nas condições do Edital de **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2013 – CPL**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1 A CONTRATADA apresenta neste ato, como garantia de execução da obra ora contratada, na modalidade de.. Apólice de Seguro Garantia nº 04-0775-0190859 no valor de R\$ 13.376,35, (treze mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme previsto no art. 56 da Lei 8666/93.

3.2 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

3.3 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da alteração do valor contratual ou da prorrogação de sua vigência.

3.4 Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída no prazo de até 7 (sete) dias consecutivos e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

3.5 Caso a CONTRATADA não cumpra o disposto nos itens 3.2 e 3.3, dentro do prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades cabíveis ao caso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Estar ciente e de acordo com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, utilizando-se de recursos que atendam as exigências dos critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; como também, da Resolução CONAMA nº 307 (resíduos de construção), de 05/07/2002.

4.2 Estar de acordo com a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3 Por este instrumento a CONTRATADA obriga-se a/ao:

a) A boa execução, eficiência e qualidade da obra, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de peças/materiais empregados, mesmo após ser recebido definitivamente o objeto do contrato, inclusive substituição de materiais ou peças, necessários ao perfeito desenvolvimento da obra;

b) fornecer os materiais e mão de obra;

c) fornecer todos os materiais e/ou peças da melhor qualidade, obedecendo às especificações técnicas e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

d) cumprir os elementos técnicos recebidos;

e) responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados, direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrente de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, ou em consequência da execução da mesma, não excluindo ou

reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

f) reparar ou ressarcir, conforme o caso, o dano causado à CONTRATANTE ou a terceiro, no prazo que for fixado pela Contratante através de notificação administrativa;

g) responsabilizar-se por todo e qualquer acidente que venha ocorrer com seus funcionários, durante a execução da obra;

h) responsabilizar-se por toda a organização e limpeza do ambiente de trabalho durante a execução da obra e no final de cada expediente;

i) Não subcontratar o total da obra a ele adjudicada, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, com a prévia anuência por escrito da CONTRATANTE, continuando, porém, a responder direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;

j) Providenciar a sua conta o seguro de responsabilidade civil, inclusive, respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela seguradora, não cabendo à CONTRATANTE qualquer obrigação decorrente de acidentes devidos a riscos de espécie;

l) Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual (EPI) e/ou coletivo (EPC), necessários aos seus empregados e/ou terceiros;

m) Submeter-se à Fiscalização exercida sobre da obra contratada, fornecendo informações e demais elementos necessários, apresentando àquela, relatório de atividades contendo a descrição de todos os serviços executados, indicando deficiências e sugerindo correções necessárias, e quando realizados, os resultados dos testes;

n) Manter a frente da obra um preposto seu, idôneo, devidamente habilitado e credenciado perante a CONTRATANTE, com poderes para decidir e tomar deliberações em tudo quanto se relacione com a execução da obra, assim como sobre quaisquer exigências feitas pela Fiscalização, dirigindo tecnicamente a obra contratada, obrigando-se a obedecer aos procedimentos de trabalho por si elaborados, de comum acordo com a Fiscalização, respondendo civil e criminalmente por quaisquer ônus ou imperícias;

o) Atender quanto a seus empregados, mantendo-os quando em serviço, bem apresentados e equipados, trajando uniforme e portando crachá de identificação, afastando, imediatamente das áreas da CONTRATANTE qualquer empregado seu que venha a criar embargos à Fiscalização, sem qualquer ônus para esta;

p) Responsabilizar-se pela guarda de seus materiais, equipamentos, ferramentas, necessários à execução da obra;

q) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução da obra;

r) Manter, desde o 1º dia de execução dos serviços, livro de ocorrências, cujo termo de abertura será feito pela Fiscalização e deverá conter 1 (um) original e 2 (duas) cópias por página, que serão destinadas, respectivamente, ao Processo - Fiscalização – Contratada;

s) Executar, sempre que houver demolições e retirada de materiais existentes, sob sua responsabilidade, os devidos escoramentos e procedimentos de prevenção de acidentes, visando à segurança do pessoal, do Patrimônio Público e propriedade particular;

t) Providenciar junto ao CREA e/ou CAU a Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços;

quantitativos, preços unitário e total, bem como os quantitativos e preços totais de cada medição efetuada e o saldo físico e financeiro do contrato.

7.3 A CONTRATADA deverá apresentar Faturas ou Notas Fiscais, contendo a discriminação resumida dos serviços executados no período e a medição a que se refere, de acordo com a planilha de controle físico e financeiro efetuada pela Fiscalização, número e título do processo administrativo, e seus dados bancários.

7.4 A Fatura ou Nota Fiscal juntamente com planilha de controle físico e financeiro, fornecida e atestada pela Fiscalização, bem como as guias de recolhimento do FGTS e INSS do mês de competência, junto com a folha de pagamento do pessoal contratado para a execução dos serviços, serão encaminhadas para pagamento pela Fiscalização, ou se houver divergências entre estas, a rejeitará mediante justificativa e comunicação à CONTRATADA, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

7.5 O pagamento da última medição ficará condicionado, a apresentação, juntamente com a Fatura ou Nota Fiscal e a Planilha de Controle Físico e Financeiro, do Termo de Aceite Provisório previsto no item 10.1, alínea "a" do presente Contrato e, do Certificado de inexistência de débitos relativos às obrigações trabalhistas e relacionados com os serviços contratados.

7.6 Os pagamentos referidos nesta Cláusula serão feitos sempre em moeda corrente brasileira, através de ordem bancária, diretamente em conta corrente da mesma, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega da Fatura e/ou Nota Fiscal à Fiscalização.

7.7 Caso haja atraso no pagamento, por razões atribuídas, exclusivamente, à UFRRJ, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{\dots}{\dots}$$

TX = Percentual da taxa anual.

7.7.1 A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte a ocorrência.

7.7.2 Existindo erro na Nota Fiscal/Fatura a circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Neste caso, o prazo para pagamento iniciar – se – à após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a UFRRJ.

7.8 Os limites para pagamento de instalação e mobilização para a execução da obra estão previstos no item 1, subitens 1.1 / 1.5 da Planilha Orçamentária elaborada pela Divisão de Obras.

7.9 O pagamento poderá ser efetuado em parcelas, após confirmação por parte da Fiscalização, sendo que o valor das parcelas será igual ao somatório dos valores totais de cada medição, discriminada separadamente.

CLÁUSULA OITAVA – SUSTAÇÃO DE PAGAMENTOS

8.1 A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, por:

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) paralisação dos serviços por mais de 24 (vinte e quatro) horas, por culpa exclusiva da CONTRATADA;
- c) existência de débitos para com terceiros, inclusive das obrigações trabalhistas, relacionados com a obra ora contratada, e que possam por em riscos seu bom andamento ou causar prejuízos materiais, financeiro ou moral à CONTRATANTE;
- d) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE;
- e) divergência entre a Fatura ou Nota Fiscal com a Planilha de controle Físico e Financeiro;
- f) a não apresentação das guias de recolhimento de INSS e FGTS do respectivo mês de competência do pessoal contratado pela CONTRATANTE, para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A Fiscalização da execução da obra será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, exercida por profissional previamente designado ou prepostos por ela credenciados com plenos poderes para fiscalizar e acompanhar os serviços, podendo ser assessorado por profissionais ou empresas especializadas, expressamente contratadas para tal fim, a quem caberá verificar se na execução dos mesmos está sendo cumprido o presente Contrato, as especificações técnicas e demais requisitos.

9.2 A execução do objeto do presente Contrato deverá ser realizada rigorosamente de acordo com as especificações, Normas Técnicas ou Legais e de demais elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas, mediante autorização prévia da Fiscalização.

9.3 A Fiscalização poderá sustar a execução da obra total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, cabendo à CONTRATADA o direito a receber indenização, pelo que houver executado até a data da sustação.

9.4 A Fiscalização fará inspeções periódicas da obra e qualquer reclamação ou advertência a ser feita à CONTRATADA, deverá ser transmitida por escrito.

9.5 A omissão da Fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução da obra.

9.6 A Fiscalização terá os mais amplos poderes, inclusive para:

- a) Indicar à CONTRATADA os detalhes para montagem de seu escritório, incluindo a utilização de sanitários/luz/força existente no local;
- b) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

- c) Fixar prazos para a conclusão dos serviços, considerada a natureza dos mesmos;
- d) Ordenar a imediata retirada do local, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou sem o equipamento de segurança individual necessário, ou ainda, que embarçar ou dificultar a sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- e) Recusar ou sustar qualquer serviço que não esteja sendo prestado de acordo com a boa técnica ou que atente contra a segurança ou bens da CONTRATANTE ou de terceiros;
- f) Sustar o pagamento de faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA, dos termos do Contrato ou do Edital;
- g) Determinar a prioridade de serviço, controlar as condições de trabalho e solucionar quaisquer casos que lhes digam respeito;
- h) No caso de inobservância, pela CONTRATADA, das exigências formuladas pela Fiscalização, terá esta, além do direito de aplicação das cominações previstas neste Contrato, também o de suspender a execução da obra;
- i) Receber e emitir parecer sobre os relatórios mensais de atividades;
- j) Notificar por escrito a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para reparar defeitos ou irregularidades verificados na obra assim como da aplicação de eventual penalidade, nos termos da cláusula Onze deste contrato.

9.7 As obras ou serviços serão executados de segunda a sexta-feira entre 7h30min às 17h00min.

9.8 A Solicitação de atividades em dias e horários diferentes dos citados anteriormente deverá ser apresentado formalmente à Divisão de Obras. A solicitação poderá ser deferida ou não.

9.9 Quaisquer erros, omissões, incorreções, dubiedades ou discordância eventualmente encontradas pela CONTRATADA nos detalhes e especificações no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicados por escrito a CONTRATANTE, a fim de serem corrigidos de modo a bem definirem as intenções do Contrato.

9.10 A CONTRATANTE não admitirá quaisquer alterações das especificações, salvo casos especialíssimos, a seu exclusivo critério, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1 Executado o Contrato, será lavrado:

a) Termo de Aceite Provisório: pelo responsável por seu acompanhamento ou Fiscalização e pelo responsável da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes até 15 (quinze) dias da data da comunicação escrita, emitida pela CONTRATADA;

b) Termo de Aceite Definitivo: por servidor ou Comissão designada pela Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria e que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data do termo de aceite provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 69 e 73 da Lei 8.666/93.



10.2 Se após o recebimento provisório for identificada qualquer folha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 O atraso injustificado na execução da obra sujeitará a CONTRATADA às multas de mora calculadas sobre seu valor total, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2 A CONTRATADA responderá por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

11.3 A CONTRATANTE, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, poderá reter créditos decorrentes do Contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial, por perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das sanções que lhe couberem;

11.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades: advertência, multa, perda de garantia, rescisão de Contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, sendo advertida por escrito sempre que infringir as obrigações contratuais.

11.5 As multas previstas são as seguintes, sendo independentes, aplicadas cumulativamente e descontadas de imediato dos pagamentos das medições parciais devidas:

- a) de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na obra paralisada, por falta de atendimento por parte da CONTRATADA;
- b) de 0,10% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na obra paralisada e pelo não atendimento ao prazo estipulado pela advertência, caso não tenha sido sanada a falta cometida;
- c) de 0,20% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na obra paralisada, em casos de reincidência.

11.6 As multas previstas no subitem anterior, não têm caráter compensatório, e conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA de glosa ou responsabilidade pelos eventuais danos, perdas ou prejuízos que por ato seu ou de seus prepostos venham acarretar a CONTRATANTE.

11.7 A CONTRATADA não incorrerá em multa na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

11.8 A suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida considerando, ainda, as circunstâncias e o interesse do órgão e não poderá ter prazo superior a 02 (dois) anos.

11.9 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Serviço Público será em função da natureza e gravidade da falta cometida, de faltas e penalidades anteriores aplicadas, ou em caso de reincidência.

11.10 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA antes da cobrança das multas aplicadas, ou relevada qualquer multa a ele imposta pela CONTRATANTE.

11.11 A não reparação ou ressarcimento, na forma da alínea "f" do item 4.3, propiciará o desconto do(s) valor(es) correspondente(s) no(s) faturamento(s) do(s) mês(es) subsequente(s), sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis.

11.12 Para a aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - RECURSOS

12.1 Da decisão de aplicar multa, e mediante prévio recolhimento desta, são cabíveis, sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de reconsideração, em 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da decisão;
- b) Recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato pode ensejar a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

13.2 A rescisão do Contrato acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste instrumento, na suspensão imediata da execução da obra, objeto do mesmo.

13.3 O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa da CONTRATANTE mediante comunicação escrita, entregue diretamente ou por via postal, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, obedecendo ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

13.4 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77, da Lei 8666/93, e suas alterações.

13.5 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei 8666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo no caso do inciso XVII;
- b) amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; e
- c) judicial, nos termos da legislação.

13.6 A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos do art.79, Inciso I, da Lei 8.66/93, acarreta as consequências previstas no artigo 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas;

13.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa;

13.8 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

13.9 Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a CONTRATANTE contratar a execução da obra junto às licitantes classificadas em colocação subsequente, ou efetuar nova Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS PROIBIÇÕES

14.1 É vedada à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- b) opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre a obra;
- d) interromper unilateralmente a execução da obra alegando inadimplemento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 A publicação resumida deste Contrato e seus aditamentos no Diário Oficial da União será promovida pela CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta do Centro de Custo 290.000 – Fonte 0112.000.000 - Programa 002461 e nº de Empenho 802143.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1 O preço contratado será fixo e irrevogável, nos termos dispostos no art. 28, caput e § 1º, da Lei nº 9.069/95, c/c os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/01”.

17.2 Na hipótese de ter que se aplicar reajuste, observada a periodicidade a que se refere os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/01, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

17.3 No caso de extinção do índice estabelecido, ou que não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser estipulado pela legislação então em vigor.

17.4 Inexistindo previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

17.5 A Contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.6 Os valores ora contratados poderão ser revistos de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que haja acordo entre as partes, na forma do Art. 65, inciso I, Alínea “d”, da Lei nº 8.666/93”.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Este Contrato vincula – se ao Edital de TOMADA DE PREÇOS nº003/2013, e seus anexos, e à proposta do licitante vencedor.

18.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já executados de outras formas ajuste entre as partes, de materiais e ou peças existentes no local dos equipamentos e a eles destinados, e a proceder de outras formas, ressalvados as responsabilidades legais e contratuais.

18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este dia recair em dia sem expediente na CONTRATANTE o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente de expediente.

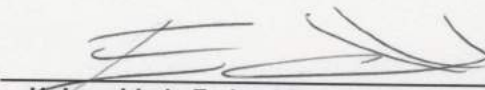
CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FORO

19.1 Nos termos do art. 109, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios decorrentes do presente contrato.

19.2 E, assim, por estarem concordes, depois de lido e achados conforme, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias iguais teor, na presença das testemunhas abaixo.

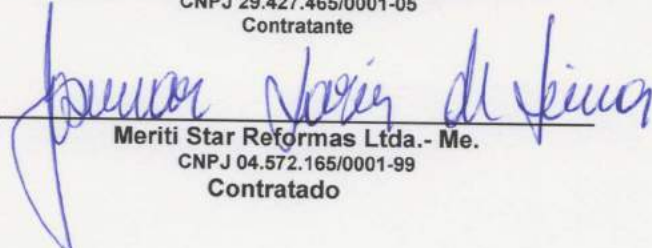
Seropédica, 05 de novembro de 2013.

EDUARDO MENDES CALLADO
ASSINADO PELO VICE-REITOR
POR DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA
PORTARIA N° 049 / GR / 13


Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CNPJ 29.427.465/0001-05

Contratante


Meriti Star Reformas Ltda.- Me.

CNPJ 04.572.165/0001-99

Contratado

Testemunhas:

Ass.: Juliana da S. de Souza

CPF 123.187.167-16

Ass.: Camila Faia de Fátima

CPF 122.162.451-42

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2013 - UASG 153166**

Processo nº 33083003974201210. TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2013. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 04572165000199. Contratado: MERITI STAR REFORMAS LTDA - ME. Objeto: Reforma do Telhado, dos banheiros, corredor, salas e laboratórios do prédio de nutrição animal do Instituto de Zootecnia no Campus da UFRRJ em Seropédica, Conforme especificações contidas no Edital de Tomada de Preços nº 003/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 05/11/2013 a 03/07/2014. Valor Total: R\$267.527,00. Data de Assinatura: 05/11/2013.

(SICON - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 54/2012. Processo nº 23083016832201128. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 10808820000168. Contratado: BRAGA E SILVA CONSTRUÇÕES E REFORMAS-ME. Objeto: A rescisão do Contrato passando de R\$ 53.224,28 para R\$ 56.009,36 em virtude do acréscimo de R\$ 2.785,08, equivalente a 5,23%, e a prorrogação da vigência do Contrato por mais 90 dias, a contar de 28 de maio de 2013, com o término em 25 de agosto de 2013, bem como o prazo de execução dos serviços por mais 90 dias, a contar de 12 de maio de 2013, com o término em 09 de agosto de 2013. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato em epígrafe. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 28/05/2013 a 25/08/2013. Valor Total: R\$2.785,08. Data de Assinatura: 27/05/2013.

(SICON - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013 - UASG 153166

Processo nº 52/2012. Processo nº 23083008493201110. CONVITE Nº 11/2012. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 10808820000168. Contratado: BRAGA E SILVA CONSTRUÇÕES E REFORMAS-ME. Objeto: A alteração do valor do Contrato passando de R\$ 53.224,28 para R\$ 56.009,36 em virtude do acréscimo de R\$ 2.785,08, equivalente a 5,23%, e a prorrogação da vigência do Contrato por mais 90 dias, a contar de 28 de maio de 2013, com o término em 25 de agosto de 2013, bem como o prazo de execução dos serviços por mais 90 dias, a contar de 12 de maio de 2013, com o término em 09 de agosto de 2013. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato em epígrafe. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 28/05/2013 a 25/08/2013. Valor Total: R\$2.785,08. Data de Assinatura: 27/05/2013.

(SICON - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

**EDITAL Nº 112, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013
RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS**

A REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve divulgar os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, promovido por esta Universidade, tendo sido classificados os candidatos abaixo relacionados:

CLASS	CANDIDATO	MÉDIA FINAL
1º	FRANCISCO BELTRÃO DO VALLE	274,90
2º	MARIA JOSE OLIVEIRA	272,00

ANA MARIA DANTAS SOARES

**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 84/2013**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 28/10/2013 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico-Aquisição de material cirúrgico e de enfermagem. Total de Itens Licitados: 00121 Novo Edital: 06/11/2013 das 08h00 às 11h30 e 13h00 às 17h00. Endereço: Br 465 Km 07, Pavilhão Central - Campus Universitário SEROPEDICA-RJ. Entrega das Propostas: a partir de 06/11/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/11/2013, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SANDRO VALERIO GONCALVES MARTINS
Equipe de Apoio

(SIDE - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 146/2013 - UASG 153166**

Processo nº 23083003598201344. Objeto: Pregão Eletrônico-Aquisição de Nobreak Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 06/11/2013 de 08h00 às 11h30 e 13h às 17h00. Endereço: Br 465 Km 07, Pavilhão Central - Campus Universitário SEROPEDICA-RJ. Entrega das Propostas: a partir de 06/11/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/11/2013 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JEFFERSON CARLOS REIS
Equipe de Apoio

(SIDE - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013110600114

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2013 - UASG 153166

Processo nº 23083004864201275. Objeto: Obra de ampliação do Departamento de Silvicultura - IF - no Campus Seropédica da UFRRJ. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/11/2013 de 09h00 às 11h00 e de 13h às 16h00. Endereço: Br 465 Km 07, Sala 20 do Pavilhão Central - Campus Universitário SEROPEDICA - RJ. Entrega das Propostas: 21/11/2013 às 09h30

MARCUS COSTA PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDE - 05/11/2013) 153166-15240-2013NE800007

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AUXILIARES
SECRETARIA ADMINISTRATIVA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Em razão da não localização no endereço de origem da empresa CONTROL SOURCING CONSULTORIA Ltda., convocamos o representante legal da empresa, para comparecer, no prazo de 05 dias úteis, à UFRRJ - Br 465, Km 07, Prédio Principal, sala 20, Seropédica-RJ, para tratar de assuntos relacionados aos Contratos nº 41/2012 e 42/2012 - Processo 23083.00009896/2011-36 e 23083.011337/2011-36

JORGE LONGARETTI DE QUEIROZ
Coordenador de Contratos e Importação

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**EDITAL Nº 50, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013
CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR EFETIVO**

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA, na forma do que dispõe a Portaria Normativa Interministerial nº 24/2007, publicada no DOU de 06 de fevereiro de 2013, de acordo com o disposto na Nota Técnica nº 01/2007-DE-DES/SESU/MEC, de 03 de agosto de 2007, e em consonância com as normas estabelecidas pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 03/2012, de 19 de junho de 2012, e em conformidade com o Decreto nº 6.944/2009, de 21 de agosto de 2009, com a Portaria nº 243/2011, de 03 de março de 2011, com a Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012, com a Lei 12.863/2013, de 24 de setembro de 2013, com a Lei nº 8.112/90 e com a Decisão CONSUNI/UFERSA nº 160/2013, de 04 de novembro de 2013, realizará abertura de inscrições a concurso público para preenchimento dos cargos abaixo especificados. 1 - DAS VAGAS: Lotação - Nº de Vagas - Disciplina/Área - Perfil do candidato. Campus Angicos - 01 - Computação - Graduação em Ciências da Computação, em Engenharia de Computação; Licenciatura em Computação, com Mestrado em Computação, em Educação e/ou em Matemática - Campus Mossoró/PRO-GRAD/LEDOC - 02 - Educação no Campo - Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação ou áreas afins - Campus Mossoró/PROGRAD/LEDOC - 01 - Serviço Social - Graduação em Serviço Social com Mestrado em Serviço Social, Ciências Sociais ou Educação - Campus Mossoró/DCV - 01 - Genética e Melhoramento Vegetal - Graduação em Agronomia com Doutorado em Melhoramento Vegetal. 1.1 - Serão dispostas 05 (cinco) vagas ao cargo de docente do Magistério Superior, tendo a Graduação como exigência mínima de titulação, observando o perfil desejado do candidato enviado pelo Departamento Acadêmico/Campus, em Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva, sob os auspícios da Lei nº 8.112/90, da Lei 12.772/2012 e suas atualizações e demais legislações vigentes no ato da nomeação. 1.2 - O prazo de validade do referido concurso será de 01 (um) ano, a contar da homologação do respectivo resultado, prorrogável por igual período, de acordo com as necessidades e/ou conveniências institucionais. 1.3 - Serão consideradas para análise das áreas afins estritamente a Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as Tabelas das Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 2 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO - 2.1. São consideradas atividades próprias do pessoal docente de ensino superior, as inerentes ao exercício de direção da Instituição e as pertinentes à pesquisa, ao ensino e à extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura. Também poderão ser exercidas as atividades inerentes ao assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente. 3 - DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS - 3.1. A remuneração inicial consistirá do salário básico, em regime de trabalho de 40 horas com Dedicção Exclusiva, acrescido da gratificação da titulação mais elevada, em consonância com o que prescreve a Lei 12.722/2012 e suas posteriores modificações e demais legislações vigentes, conforme o seguinte quadro: Classe - Denominação - Nível - Salário Básico (R\$) - A: Assistente A; 1; 3.594,57; Gratificação por Titulação - Mestrado - 1.871,98; A - Adjunto A; 1; 3.594,57; Gratificação por Titulação - Doutorado - 4455,30. 4 - DAS INSCRIÇÕES - 4.1 A taxa de inscrição será de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) para candidatos à vaga de professor assistente e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) para candidatos à vaga de professor adjunto, conforme o § 3º, do Art. 2º, da Resolução 003/2012, de 19 de junho de 2012. 4.2 - O prazo de inscrição para o concurso acontecerá no período de 05 a 20 de novembro de

2013, por meio do site www.ufersa.edu.br/concursos. 4.3 - O pagamento da referida taxa deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser gerada somente por ocasião do preenchimento do formulário de inscrição on-line. 4.4 - O pagamento da GRU deverá ser realizado somente até o dia 20 de novembro de 2013. 4.5 - A UFRSA, sob nenhuma hipótese, devolverá taxa de inscrição de concurso. 4.6 - O candidato é o único responsável pelo correto e completo preenchimento dos dados solicitados na inscrição. 4.7 - O pedido de inscrição feito pelo candidato implicará na aceitação expressa das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos dispostos no site, das quais não poderá alegar desconhecimento. 4.8 - O candidato deverá se inscrever e concorrer a uma única vaga. 4.9 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos e comunicados referentes a este concurso público, no Diário Oficial da União, na imprensa local e na página eletrônica mencionada neste Edital. 4.10 - A UFRSA não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. 4.11 - Os candidatos poderão realizar retificações dos dados de sua inscrição até o dia 20 de novembro de 2013, por intermédio de sua página de acompanhamento de inscrição do referido concurso, no site: www.ufersa.edu.br/concursos, não sendo permitida nenhuma retificação após esta data. 4.12 - O candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, nos termos do Decreto nº 6593/2008, publicado no DOU de 03/10/2008, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição disponível no endereço eletrônico www.ufersa.edu.br/concursos. 4.13 - O Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição deverá ser encaminhado, para o endereço do local de inscrição (Comissão Permanente de Processo Seletivo - CPPS, Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva, Mossoró-RN. CEP: 59.625-900), devendo ser postado através de carta registrada, via e-mail: cpps@ufersa.edu.br ou fax: (84) 3317-8228 até o dia 12 de novembro de 2013. 4.14 - As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, de forma que ele poderá responder, a qualquer momento, na ocorrência de fraude ou falsidade documental, por crime contra a fé pública, haja vista o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto nº 83336, de 06 de setembro de 1979, sem prejuízo da imediata eliminação no certame. 4.15 - A Comissão Permanente de Processo Seletivo - CPPS, após análise das informações/declarações contidas no Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, comunicará ao candidato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do recebimento, pelo e-mail fornecido no citado Requerimento, o deferimento ou não da solicitação. 4.16 - Caso não seja constatada a existência de candidato aprovado ou inscrito, após a conclusão de todas as possíveis fases do concurso, será promovida a reabertura do Edital, observados os prazos pertinentes à interposição e à análise dos recursos administrativos. 4.17 - Na hipótese de reabertura do Edital, e caso seja necessário alterar o perfil de algum candidato, o Departamento Acadêmico, devidamente vinculado à disciplina/área do cargo a ser provido, deverá mencionar expressamente o novo perfil, que deverá ser homologado pelo CONSUNI. 5 - DAS PROVAS - 5.1 - O concurso, de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2012, de 19 de junho de 2012, e suas atualizações, constará de Prova Escrita, de Prova de Aptidão Didática e do Exame de Títulos. 5.2 - A Prova Escrita e a Prova de Aptidão Didática serão de caráter eliminatório, enquanto o Exame de Títulos será de caráter classificatório. 5.3 - As provas serão realizadas no campus central da UFRSA, em local determinado pela CPPS. 5.4 - O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas, munido de comprovante de inscrição e de documento oficial de identificação, com foto recente, sem os quais não lhe será permitido realizar as provas. 5.5 - A Prova Escrita, de caráter dissertativo, ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2013, no horário de 08h00min às 12h00min, em local informado no cartão de inscrição do candidato, disponível no endereço www.ufersa.edu.br/concursos. 5.6 - Antes de iniciar a correção da Prova Escrita, cada Banca Examinadora deverá elaborar e entregar à CPPS um espelho de correção da Prova, para publicação, onde constem os requisitos mínimos que deveria o candidato atender em sua prova oral em julgamento. 5.7 - O julgamento da Prova Escrita dar-se-á em conformidade com o espelho de correção elaborado pela Banca Examinadora e com o que especifica o Anexo II da Resolução. 5.8 - Será aplicada, para estas disciplinas e nesta fase, a restrição legal preceituada pelo Decreto 6.944 de 21 de agosto de 2009. 5.9 - A Prova de Aptidão Didática, a qual será gravada, será realizada pelos candidatos aprovados na Prova Escrita. 5.10 - O julgamento da Prova de Aptidão Didática dar-se-á em conformidade com o que especifica o Anexo III da Resolução. 5.11 - O local do sorteio da ordem de apresentação, do sorteio dos pontos e a definição dos horários para as Provas de Aptidões Didáticas serão divulgados no momento de publicação do resultado da Prova Escrita, sendo informados no site www.ufersa.edu.br/concursos. 5.12 - A presença do candidato é obrigatória no momento do sorteio de pontos da Prova Escrita e da Prova de Aptidão Didática, assim como no sorteio da ordem de apresentação da Prova de Aptidão Didática. 5.13 - Nenhum candidato do presente Edital, mesmo que não haja sido aprovado na Prova Escrita, poderá assistir a qualquer Prova de Aptidão Didática de qualquer outro candidato deste Edital, sob pena de ser sumariamente eliminado e de perder o direito de impetrar recurso no certame. 5.14 - Não será permitida a representação de candidatos por procuração. 5.15 - Para a realização da Prova de Aptidão Didática, a CPPS disponibilizará para todos os candidatos, somente o data show e a lousa (quadro branco) como materiais didáticos. 5.16 - Será permitida a utilização de qualquer outro material didático, sendo de total responsabilidade dos candidatos a montagem e funcionamento do mesmo. 5.17 - É condicionado ao candidato que usar material didático diferente daquele disponibilizado pela CPPS, o fornecimento do mesmo aos seus concorrentes em condições totais de utilização. 5.18 - O Exame de Títulos dar-se-á em sessão não pública

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.